

Dinâmica sócio-espacial do lazer e turismo em residências secundárias no baixo curso do Rio Sucuriú em Três Lagoas – MS¹

Rita Maria de Paula Garcia²
Universidade do Estado de Mato Grosso

Edima Aranha Silva³
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

O recorte espacial apresentado neste trabalho analisa fenômenos sócio-espaciais que são lazer e turismo. A pesquisa bibliográfica delineada, resultado da pesquisa de mestrado em Geografia pela UFMS e visa identificar as práticas de lazer e turismo nas Residências Secundárias, um tipo de hospedagem específico nas áreas que compreendem o baixo curso do rio Sucuriú no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul. As práticas de turismo relacionadas às Residências Secundárias implicam em impactos sociais, ambientais, econômicos e são reflexo da contemporaneidade e cultura.

Palavras-chave: lazer; turismo; residência secundária; Três Lagoas.

Fundamentos do Lazer e Turismo

Para compreender o lazer é necessário que esclareça as terminologias que envolvem sua concepção e as quais são tidas freqüentemente como sinônimo ou mesmo confundidas, são elas: tempo livre, lazer, ócio e turismo. Rodrigues (2001b, p. 89) considera:

[...] Pode-se gastar o **tempo livre** sem executar nenhuma ação. Nesse caso, o tempo despendido é um tempo de puro **ócio**, ou seja, de contemplação. Já o vocábulo **“lazer”** tem a conotação de atividades, ou seja, ações desenvolvidas durante o tempo livre. Os lazeres diferem do **turismo** porque, para sua prática, não há necessidade de deslocamentos que excedam o período mínimo fixado em 24 horas [...].

O trabalho pressupõe tempo livre, mas não significa que o homem está liberto de todas as obrigações sociais. O tempo livre é utilizado para cumprir compromissos familiares,

1 Trabalho apresentado ao GT - Interfaces com o lazer e entretenimento do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

² Professora mestre do Curso de Turismo da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Nova Xavantina. Endereço eletrônico: rita_turismo@hotmail.com

³ Professora doutora do Curso de Geografia, Campus de Três Lagoas e Programa de Mestrado em Geografia, Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Endereço eletrônico: earanha@ceul.ufms.br

para participar de reuniões institucionais, cumprir obrigações domésticas, entre outras. Após, computada e subtraída as obrigações, resta o tempo de lazer.

Para Gaelzer (1979, p. 54), “[...] Lazer é a harmonia individual entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo. É um estado mental ativo associado a uma situação de liberdade, de habilidade e de prazer”. É relevante considerar o caráter de satisfação e prazer individual perante a atividade de lazer, o hedonismo aparece como um dos elementos para conceber esta prática.

O lazer corresponde a todas as atividades desempenhadas por livre e espontânea vontade que satisfaça e proporcione prazer ao indivíduo. Segundo Dumazedier (1976, p. 34):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. [...]

Para o autor, a principal característica do lazer é a atividade, a ocupação durante o tempo livre desempenhando ações que proporcionem bem-estar próprio. Apesar do caráter de liberdade, de autonomia de escolha individual, Dumazedier (1979, p. 93) alerta “[...] Os bens e serviços de lazer estão pois submetidos às mesmas leis do mercado que os outros bens e serviços.[...]” O capitalismo assimila a expansão do tempo livre à oferta de serviços e produtos que vão ao encontro dos anseios do consumidor diante do lazer.

Na lógica de espaços funcionais de George (1969), a organização urbana determina a especialização de lugares para o lazer (privado ou público). A dissociação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, se reflete sobre a organização das cidades compartimentadas – zonas industriais, residenciais, comerciais, assistência médica, lazer – e faz com que o homem acredite que o ambiente propício ao lazer ativo não coincide com aquele onde sua residência está fixada há, portanto, necessidade de deslocamento para exercê-lo.

A organização do tempo cronológico diário e da especialização dos lugares está entrelaçada ao pensamento contemporâneo, que traduziu o desvinculamento do ambiente rotineiro ao deslocamento para a prática de lazer. Várias cidades se transformaram em ícone de lazer e passaram a disputar a presença desse indivíduo.

As ciências sociais despontam no recente cenário global, no qual o dinamismo econômico, o avanço da comunicação e facilidades de transporte possibilitam as relações

sociais com maior amplitude. Nesta conjuntura, o turismo se destaca como instrumento deste contexto.

A produção do espaço pelo turismo consiste na capacidade de reproduzir as relações sociais, ou seja, estabelecê-la de acordo com sua lógica de desenvolvimento por meio da organização do trabalho, aproximar indivíduos dos locais mais inóspitos, etnias diversas dialogando, condicionando o arranjo territorial pelas novas empresas que irão surgir, pela concentração de equipamentos específicos junto aos atrativos turísticos, por alterar as condições do ambiente natural.

O turismo pode ser entendido como o deslocamento de pessoas pelas mais diversas motivações - lazer, saúde, trabalho, estudo – para local diferente de sua residência permanente, promove contato entre culturas, estimula a economia e altera o meio natural, em maior ou menor intensidade.

O turismo implica impreterivelmente deslocamento, porém há vários focos para sua abordagem, tais como: econômicas, técnicas e sociais. Alguns autores preferem definir o turismo utilizando-se dessas categorias. Para Pellegrini Filho (2000, p. 270), o turismo corresponde ao “Complexo de atividades centralizadas em viagem, ou seja, na movimentação horizontal do ser humano, entendendo-se que ele permaneça fora de seu domicílio habitual por mais de 24 horas e retorne àquele”. Identifica-se um roteiro básico proposto pelo autor: partida, permanência (mais de 24 horas) e retorno.

Para outros autores o turismo está associado à prática social e deve estar desvinculado do trabalho:

O turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado. Constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados, enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades “modernas”. [...] (URRY, 1996, p. 17)

Ruschmann (2003, p. 13-14) define turismo por meio da permanência, transporte, equipamentos específicos e motivações (que vão do lazer ao trabalho), assim,

[...] uma viagem pode estender-se de alguns quilômetros até milhares deles, incluindo um ou vários tipos de transporte e estadas de alguns dias, semanas ou meses nos mais diversos tipos de alojamento, em uma ou mais localidades. A experiência da viagem envolve a recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios, nas quais o turista utiliza uma variedade de equipamentos e serviços criados para seu uso e para a satisfação de suas necessidades.

Ruschmann (Idem) remete aos inúmeros fatores da prática da atividade mencionando os diversos elementos envolvidos que serão traduzidos monetariamente. Na sociedade capitalista o que conta é o que pode ser mensurado, imprimindo valor a objetos, serviços e tudo que possa fazer parte de uma experiência. (Op. cit, 2003)

Reflexo principalmente da flexibilidade econômica e política nos dias atuais, o turismo atua como instrumento de socialização e fomentador da economia, ressaltando culturas, restaurando edifícios de valor histórico e valorizando a natureza. Por outro lado, para o exercício desta atividade promissora é necessária a introdução de equipamento específico, que sustente a permanência do turista, o suprimento de suas necessidades básicas de hospedagem, alimentação, transporte, além de opções de entretenimento. Desta forma, promove a (re)organização do espaço.

O turismo como expressão da economia global, reformula a configuração e as práticas territoriais, comercializa não somente bens e serviços, mas também “atributos” intangíveis e incalculáveis, como cultura e paisagem.

Cada vez mais há a especialização de lugares, desta forma, o lazer se identifica com esta tendência ao configurar e dar funcionalidade ao território para atender à população local e ao turista. Lugares são criados com esta única finalidade, ou são transformados para atender esse mercado em expansão.

Numa situação em que às virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares. Estes, não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã. (SANTOS, 1999, p. 214)

A organização do espaço está diretamente condicionada ao homem, logo à produção e atividade econômica que não deve ser ignorada sob nenhuma hipótese, porém não deve ser o epicentro do trabalho proposto, que por sua vez consiste no entendimento do lazer enquanto expressão do homem moderno e suas conseqüências sobre o uso e apropriação territorial em vista dos padrões de consumo na sociedade capitalista.

A inserção de infra-estrutura de lazer e turismo em dado local implica a ordenação do território e mesmo o surgimento de um, no que se refere à introdução de novos objetos e

(re)estabelecimento das relações sociais. Inicia-se com a instalação gradativa de equipamentos específicos como: hotéis, restaurantes, agências de viagem, empresas de transportes, empresas de entretenimento, parques, etc., que permitirão identificar e apreciar a organização do espaço para o turismo e a configuração territorial onde a atividade se desenvolve. “[...] Bem amiúde, o ‘planejamento do território’ é apenas um planejamento do espaço, no qual o turismo constitui um princípio de organização. [...]” (KNAFOU, 1999, p. 62)

A intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infra-estrutura de lazer. Nesse processo de apropriação dos **espaços** pela prática social do turismo está a gênese dos **territórios** turísticos. (CRUZ, 2003, p. 12, grifo da autora)

As atividades econômicas que se iniciam, independentemente da localidade, certamente acarretam transformações, no âmbito social, econômico e físico, porém, o turismo, tem características peculiares, esta atividade tem na cultura e nos recursos naturais sua motivação e o interesse em apreciá-las e interagir.

Estudos Empíricos do Lazer e Turismo em Residências Secundárias

As casas de temporada, ou residências secundárias, estão disseminadas pelo mundo (países do continente europeu, Estados Unidos) há séculos.

Olga Tulik (2001, p. 11) classifica as residências secundárias como:

Casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar.

Dentre as várias denominações, a residência secundária é uma segunda casa para passar curtos períodos especificamente (férias, feriados) com o intuito de desfrutar do tempo livre. Normalmente, o indivíduo adquire a propriedade em locais onde tenha afinidade com o ambiente e considere propício para as práticas de lazer junto da família.

Beni (2001, p. 329) considera a terminologia segunda residência como “Imóvel próprio para utilização em férias, fins de semana e feriados prolongados, em condomínio vertical (apartamentos), condomínio horizontal, conjunto habitacional, casa isolada e outros”.

A segunda residência não é um estabelecimento comercial, é um meio de hospedagem extra-hoteleiro particular, utilizado prioritariamente pelo proprietário ou

destinado por ele a outras pessoas, como familiares e amigos, ou mesmo alugado para períodos de temporada gerando renda alternativa.

No Brasil, este meio de hospedagem não é abrangido pela pesquisa em turismo, ao contrário de países europeus, como a Bélgica, que conhece o perfil da demanda e oficialmente identifica aqueles que são locados. Os estudos sobre residência secundária na Europa são mais avançados, uma vez incluídos esses meios de hospedagem nas pesquisas sobre turismo, além de contemplar também a locação de casas para turistas também possibilita uma interpretação e dimensionamento do turismo de forma mais detalhada, aproximando da realidade.

No Brasil, a residência secundária foi opção para as famílias de elevado poder aquisitivo com residência permanente em grandes centros urbanos que tinham no campo ou nas praias suas principais paisagens. Os recursos naturais estão em destaque no lazer e turismo como mencionado anteriormente, e Rodrigues (2000, p. 113), considerando resultado de pesquisa sobre as motivações desta escolha pelo turista, menciona alguns:

- Uma mudança de ambiente, um tipo de vida diferente que lhes permita a recuperação de energias perdidas;
- um contato mais próximo com a natureza, na alimentação do mito do eterno retorno;
- uma vivência com pessoas cujos modos de vida são tidos como simples, em oposição aos padrões comportamentais urbanos, considerados frios e despersonalizados;
- um lugar não massificado, diferenciado, bucólico, tranquilo, sem ruídos;- algo considerado autêntico e natural.

Atualmente um grande número de pessoas, de classe média, se desloca periodicamente e principalmente para o litoral a fim de desfrutar do tempo livre. Essas viagens são freqüentes e regulares e muitos consideram viável a aquisição de um imóvel nestes locais e dispensam a estadia em hotéis que é onerosa.

As residências secundárias são reconhecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e fazem parte da classificação dos domicílios brasileiros possibilitando conhecer a quantidade de domicílios com esta finalidade. A designação dada pelo IBGE para este tipo de residência é “Domicílio de uso ocasional”.

Considerou-se como de **Uso ocasional** o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de

referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes. (IBGE, 2000, p. 1)

A casa de veraneio é uma opção de local para lazer, sendo que para seu deleite seja imprescindível o deslocamento para lugar diferente da residência permanente. Este tipo de turismo está unicamente ligado ao lazer, sendo o trabalho uma motivação praticamente inexistente para a disseminação dessas casas de temporada.

Os principais atrativos para escolha da localização da casa de temporada está intimamente relacionada a atributos cênicos como menciona Cruz (2001, p. 13):

[...] De modo geral, as preferências recaem sobre recursos naturais: clima, superfícies líquidas (ar, represas, lagos e rios), regiões de serra e de montanha, vegetação (parques, áreas protegidas), locais históricos e áreas de ocorrência de manifestações culturais. Atualmente, é uma constante a procura pela natureza, que se intensificou para o turismo em geral e que, no caso das residências secundárias, constitui aspecto altamente valorizado, explicando muitas concentrações.

As residências secundárias envolvem elementos importantes em relação a aspectos demográficos. A sua existência compatibiliza com a existência de uma população flutuante que utiliza de uma residência e da infra-estrutura básica, como resalta Ruschmann (2003), saneamento, coleta de lixo, segurança, iluminação, transporte, saúde, temporariamente. Na maior parte do tempo, a demanda por estes serviços é mantida, em outro momento, há uma grande concentração de pessoas que os solicitam, causando transtornos para a população permanente.

O fluxo de pessoas em determinados períodos requer um cuidado redobrado dos gestores públicos para com os serviços essenciais.

A infra-estrutura e serviços suficientes para suprir as necessidades de residentes permanentes e de proprietários de residências secundárias, são importantes para que em períodos de aumento da população não cause transtornos como “apagões”, lixões improvisados, aumento da criminalidade. Por outro lado, recaem sobre toda a população os impostos e cobranças mediante estes serviços prestados, como considera Tulik (2001). Uma parte da população não permanece no local e deixa ociosa uma parte da infra-estrutura urbana.

A sazonalidade do turismo é um fator agravante e reconhecido pelos empresários que criam alternativas para manter as vendas em baixa temporada. A ausência de turistas em determinados períodos do ano deixa ociosa uma grande quantidade de trabalhadores, que têm no lazer e turismo sua fonte de renda na alta temporada. Na baixa temporada há desemprego,

fechamento de estabelecimentos comerciais temporariamente que não se sustentam pela ausência de turistas.

Alguns setores, como a construção civil, se mantêm ao longo do ano para fornecer materiais e mão-de-obra para os proprietários que adquirem lotes e querem construir suas segundas residências.

As residências secundárias também representam um relativo poder aquisitivo da população que disponibiliza uma parte significativa do orçamento familiar a sua manutenção. Além disso, estão relacionados fatores como tempo, custo e distância que irão determinar a localização da residência secundária a ser adquirida, prevalecendo a proximidade como um dos elementos mais importantes. Segundo Tulik (1998, p. 202):

Expressão maior do turismo de fim-de-semana (embora possa também ser utilizada nas férias), a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distância. Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém mais distantes.

A proximidade da residência secundária e residência permanente permitem a utilização com mais frequência não se restringindo aos períodos de feriados e feriados prolongados, reduz o tempo de deslocamento e gasto com combustível. Tulik (2001) considerou deslocamentos de 30 minutos a 1 hora e a qualidade das rodovias para caracterizar emissores e receptores expressivos.

As casas de veraneio representam a redefinição do perfil sócio-demográfico da população além de atuar diretamente na economia local. Como menciona Luchiari (1997) sobre o litoral norte do Estado de São Paulo em intenso processo de urbanização.

[...] A urbanização, que possibilitou modernizar diversos setores econômicos, intensificou também a pobreza, a degradação ambiental, o desmantelamento da paisagem e afigurou-se com um processo de marginalização socioespacial e econômica das populações caiçaras e imigrantes de baixa renda. [...] (LUCHIARI, 1997, p. 56)

A urbanização ascende a localidade valorizando a terra, causando desigualdade no uso da terra, marginalizando a população local e a partir de então há a introdução de benfeitorias a contento da elite.

A valorização de terras e especulação imobiliária se dá em virtude do lazer e turismo pela valorização da paisagem pela sociedade contemporânea. As residências secundárias são,

a privatização de porções de terra que concedem aos proprietários a posse sobre os recursos e a paisagem apresentada. Tal afirmação é extremista visto que muitos proprietários constroem muros que se estendem até praias, reservas florestais, rios, ou qualquer recurso que seja o ícone da localidade.

Há de certa forma, a privatização da paisagem e ao mesmo tempo a delimitação física de uma área que impossibilita o trânsito de pessoas entre as casas, seja para percorrer a orla marítima, ou as margens de um rio.

A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Estes fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de status social, característica das camadas sociais altas e, na sua grande maioria, média. Para esta última camada a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro. (ASSIS, 2003, p. 112)

O município de Ubatuba, Estado de São Paulo, representa os problemas desencadeados pela disseminação de residências secundária. Essas residências de veraneio representam aproximadamente 50% do total de domicílios; na temporada há “falta de água, combustível, aumentam os índices de criminalidade e os preços das mercadorias, multiplicam-se as intermináveis filas para os supermercados, padarias, lojas, farmácias, e os congestionamentos [...]” (LUCHIARI, 2000, p. 149)

Uma das repercussões mais destacadas que se relacionam às residências secundárias é a urbanização. Dois aspectos devem ser considerados nesse processo: o avanço da urbanização para áreas de residências secundárias e a expansão urbana que ocorre nos próprios núcleos receptores, considerando-se, evidentemente, aqueles em que predominam essa forma de alojamento. (TULIK, 1996, p. 84)

Dentre os impactos causados ao meio ambiente destacam-se: alterações observadas na destruição da camada vegetal, poluição da água por efluentes sólidos e líquidos e vazamentos de óleo e gasolina, poluição do ar pelas emissões provenientes de veículos, poluição sonora derivada do transporte e das atividades, diminuição dos suprimentos de água de superfície e do subsolo, diminuição dos combustíveis fósseis, instalações de prédios, resíduos sólidos, mudança dos padrões hidrológicos, sobrecarga da infra-estrutura (estradas,

ferrovias, estacionamentos, rede elétrica, sistema de comunicação, depósito de lixo e suprimentos de água), entre outros.

A construção da Usina Engenheiro Souza Dias (Jupia), no rio Paraná, pela Companhia Energética de São Paulo é considerado um marco e atua diretamente na organização do espaço às margens do rio Sucuriú, atingido pela construção da usina, no Município de Três Lagoas, extremo leste do Estado de Mato Grosso do Sul.

O extenso reservatório da usina hidrelétrica possibilita o desempenho de várias atividades como esporte náutico, navegação, pesca, banho, etc. Também são foco de loteamentos por interesse de pessoas em desfrutar do lazer às margens dos reservatórios.

Para compreender a dimensão das residências secundárias, ou mesmo ranchos - terminologia local -, nas proximidades do rio Sucuriú no município de Três Lagoas/MS, é imprescindível o reconhecimento das atividades ali desempenhadas por proprietários originários, em sua grande maioria do próprio município. Essa constatação permite aproximar o fenômeno social do cotidiano dos três-lagoenses, assim como seus anseios, motivações; aspectos que podem ser investigados com maior profundidade sobre o comportamento da população local nos momentos de lazer.

A aquisição de uma área, ou imóvel afastado do perímetro urbano primordialmente para fins de lazer, confirma as intenções do homem contemporâneo perante seus anseios de qualidade de vida e estreitamento do convívio familiar junto a recursos naturais.

A designação dada por Rodrigues (2001a) “o mito do eterno retorno” aflige o homem moderno que busca no encontro com a natureza, a renovação das forças para retornar ao ambiente citadino e à rotina. Esta tendência é iminente ao homem moderno, levando-se em consideração que atualmente a maior parte da população brasileira está concentrada nas cidades acentuando ainda mais esta prática.

As características adquiridas pela área rural que margeia o rio Sucuriú são uma extensão da vida social urbana, a função é lazer para famílias citadinas que necessitam de ambiente diferente do cotidiano, freqüentemente com recursos naturais expressivos para entretenimento e posteriormente, retomo às atividades.

O fluxo urbano, especificamente em Três Lagoas, representa a extensão da vida social/profissional da população local, sua intensidade induz em maior ou menor grau o prolongamento de determinadas infra-estruturas e o surgimento de outras específicas. É a mobilidade numa escala local num dado momento demonstrando a dinamicidade do homem.

Outro aspecto relevante são as alterações promovidas pela atividade turística em relação à reorganização da produção (bens e serviços) que passa a ser orientada para atender às necessidades do turista. O que ocorre frequentemente é a introdução de novas formas para o turista e o redirecionamento das formas antigas para serem incorporados pelo mercado. A organização do espaço para o lazer nesse estudo, na condição de residências, piscinas, quadras esportivas, trapiches, etc., representam o delineamento de novas formas sobre a paisagem agropecuária, o que torna o desenvolvimento da atividade explícita e susceptível do acompanhamento de sua evolução, uma vez que sua gênese é atual.

Do total de 15 loteamentos às margens do rio Sucuriú, 4 ocorreram entre os anos 2000 e 2005, 3 na década de 1990, 2 na década de 1980, 2 na década de 1970, e 2 na década de 1960, e 2 são desconhecidos a origem (o que leva a acreditar que é anterior à década de 1990). O período de maior concentração de loteamentos está entre os anos de 1990 e 2005, com 7 loteamentos, quase metade dos loteamentos realizou-se nesse período. Nas demais décadas os loteamentos se mantiveram em 2 ou mesmo 3 (se considerar os 2 loteamentos de origem desconhecida) entre as décadas de 1960 e 1980.

Os Censos de 1980 e 1991 no Estado de São Paulo, segundo pesquisa realizada por Tulik (2001), o número de domicílios ocupados cresceu 38,48%, e os domicílios de uso ocasional cresceu 106,96%. Este crescimento evidencia a grande incidência da busca de residências secundárias na década de 1980 e o estabelecimento de usos do solo, e da cultura em relação ao lazer. O grande crescimento das residências secundárias no Estado de São Paulo, e da firmação dessa alternativa de meio de hospedagem, que implica em maior escala novos parâmetros e práticas sociais sobrecarregados de significados, também se reflete na disseminação de residências secundárias nos 15 anos seguintes em Três Lagoas.

Considerações Finais

A introdução massiva de residências que desfiguram e configuram uma nova dimensão e consumo da paisagem pelo lazer e turismo, diversifica a economia local e reproduz o espaço. O ambiente que antecedia a atividade de lazer às margens do rio Sucuriú, no Município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, era de mata ciliar e áreas de pastagem e atualmente serve ao capital pela especulação imobiliária e urbanização.

Outro empecilho é a irregularidade das propriedades que não estão registradas junto ao Cartório de Registro de Imóveis, dificultando o dimensionamento da atividade.

O turismo se destaca pelo aspecto econômico primordialmente, causando alterações no meio onde se desenvolve. Empresas se instalam para captar clientes, e cada morador local procura na atividade fonte de renda oferecendo produtos e serviços os mais variados, em alta concentração onde os turistas certamente estarão.

A organização de equipamentos específicos (casas de veraneio, rodovias) está direcionada aos anseios do homem pela não produtividade. Vê-se uma urbanização eminentemente turística, prenhe de formas novas a serem apreendidas e de relações sociais estabelecidas unicamente como consequência do lazer e turismo do fim do dia, da semana, do ano.

Referência Bibliográfica

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano 7, n. 11, 12, 13. Set./out 2003. p. 107-122

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. São Paulo: Senac, São Paulo, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GAELZER, Lenea. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1- 5-5, 2000.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 62-74

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: _____ (Org.). **Textos didáticos: turismo e meio ambiente**. Campinas: IFCH/Unicamp. v. 2, n. 31(2), p. 53-82. dez. 1997.

_____. **Turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 111-126

_____. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001a.

_____. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo**. Como aprender, como ensinar. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001b. p. 87-122.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

TULIK, Olga. Residências secundárias: repercussões sócio-culturais. In: CORRÊA, Tupã Gomes. **Turismo e lazer**: prospecções da fantasia do ir e vir. São Paulo: Edicon, 1996. p. 63-72

_____. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. p. 200-218

_____. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.